

CAU – Descrição geral

Pontos-chave do curso

Aqui apresentamos um resumo das informações mais relevantes do curso.

1 Objetivos de aprendizagem

No final deste curso de 105 minutos, terá adquirido informações sobre:

- os motivos pelos quais o Código Aduaneiro da União (CAU) foi introduzido;
- os novos aspetos do CAU e respetivas alterações, que diferenciam o CAU do Código Aduaneiro Comunitário (CAC);
- o impacto do CAU no setor público e privado;
- os prazos das transições do CAU;
- os diferentes atos jurídicos do pacote do CAU: Ato Delegado (DA), Ato de Execução (IA) e Ato Delegado Transitório (TDA).

2 O que é o CAU?

O Código Aduaneiro da União (CAU):

- substitui o atual Código Aduaneiro Comunitário (CAC);
- torna as transações eletrónicas obrigatórias;
- simplifica os processos aduaneiros ao nível da UE para as administrações aduaneiras de todos os Estados-Membros;
- impõe a comunicação eletrónica entre autoridades aduaneiras e com os operadores económicos e a Comissão Europeia.

O CAU é complementado pelo respetivo Ato Delegado (DA) e Ato de Execução (IA).

O CAU entra em aplicação em maio de 2016 mas a sua implementação total está indissociavelmente ligada ao desenvolvimento dos sistemas informáticos conexos.

O Ato Delegado Transitório (TDA) descreve as medidas a adotar durante este período transitório que se prolongará até 2020.

O Programa de Trabalho do CAU define um plano extensivo para a implementação de sistemas eletrónicos, com base no MASP, no sentido de garantir a correta aplicação do CAU.

A Comissão desenvolveu Business Process Models (BPM) em estreita colaboração com os peritos dos Estados-Membros para ilustrar os requisitos de processo derivados do CAU, do DA e do IA. É possível aceder a estes BPM mediante pedido.

3 Alterações no âmbito do CAU – novos aspetos mais importantes

3.1 Regimes aduaneiros e declarações aduaneiras A partir de

- Introdução da autoavaliação 2016, maio
- Introdução da Inscrição nos Registos do Declarante (EIDR) 2016, maio
- Introdução do desalfandegamento centralizado 2019
- Declarações aduaneiras eletrónicas 2019/2020
- Requisitos harmonizados em matéria de dados (Anexo B do DA) 2017

3.2 Introdução de mercadorias

- As declarações sumárias de entrada (DSE) podem ser apresentadas em diferentes submissões e por intervenientes diferentes 2020
- Disposição de informações antecipadas relativas à carga aérea antes do carregamento (PLACI) 2020
- Harmonização dos requisitos em matéria de dados para a DSE 2020
- Remoção de algumas dispensas da obrigação de apresentação da DSE 2020

3.3 Depósito temporário

- A duração do depósito temporário foi simplificada para 90 dias. 2016, maio
- É possível a circulação de mercadorias em depósito temporário. 2016, maio
- É necessária uma autorização para a exploração de um armazém de depósito temporário. 2016, maio

3.4 Introdução em livre prática

Ver Regimes aduaneiros e declarações aduaneiras.

3.5 Informações pautais vinculativas

- A decisão IPV é vinculativa para o titular. 2016, maio
- A decisão IPV é válida durante 3 anos. 2016, maio
- As disposições relativas às decisões aduaneiras aplicam-se às IPV. 2016, maio
- As IPV relativas às mercadorias declaradas devem ser indicadas nas declarações aduaneiras 2017

3.6 Origem das mercadorias

- Nova possibilidade para a Comissão Europeia adotar medidas para determinar a origem de mercadorias específicas caso a caso. 2016, maio
- As disposições relativas às decisões aduaneiras aplicam-se às IVO. 2016, maio
- As IVO são vinculativas para o titular. 2016, maio
- Lista de regras de origem não preferencial para mais produtos (DA). 2016, maio
- Regra geral, não existem regras relativas ao formato em que a prova de origem não preferencial é apresentada. 2016, maio
- As disposições fora do código atual foram integradas no CAU. 2016, maio

3.7 Determinação do valor aduaneiro

A partir de

- Clarificação adicional da legislação 2016, maio
- A declaração de valor (DV1) irá desaparecer enquanto documento em papel e será inserida nas declarações aduaneiras. 2020
- Extensão do âmbito da autorização para simplificação da determinação do valor aduaneiro 2016, maio

3.8 Estatuto aduaneiro das mercadorias

- Prova de Estatuto da União eletrónica, incluindo Número de Referência Principal (MRN) 2019
- Os emissores autorizados podem emitir um manifesto aduaneiro das mercadorias como prova. 2016, maio

3.9 Dívida aduaneira

- Existem mais casos de extinção da dívida aduaneira. 2016, maio
- Qualquer pessoa que forneça informações falsas na declaração aduaneira pode ser considerado um devedor. 2016, maio
- Alinhamento das regras relativas à constituição da dívida aduaneira por incumprimento 2016, maio
- Simplificação das regras para o cálculo do montante de direitos de importação ou exportação. 2016, maio

3.10 Garantia

- Novo sistema central de gestão de garantias 2020
- Não é necessária a aprovação das autoridades aduaneiras como entidade garante na União (para instituições de crédito, instituições financeiras e empresas de seguros) 2016, maio
- A autorização para garantia global de montante reduzido para dívidas existentes está limitada a AEOC. 2016, maio

3.11 Regimes Especiais para além do trânsito

A partir de

- Os regimes aduaneiros económicos irão tornar-se "regimes especiais" 2016, maio
- Distinção entre transferência de direitos e obrigações e a circulação de mercadorias 2016, maio
- Extensão da utilização de mercadorias equivalentes 2016, maio
- As manipulações usuais não requerem uma autorização em nenhum momento 2016, maio
- Redução dos tipos de entrepostos aduaneiros. 2016, maio
- Apenas um tipo de zona franca em vez de dois 2016, maio
- O destino especial é reconhecido como regime especial. 2016, maio
- A garantia é obrigatória para todas as mercadorias sujeitas a regimes especiais. 2016, maio
- A avaliação das condições económicas tem lugar ao nível da União. 2016, maio
- As disposições relativas às decisões aduaneiras aplicam-se a todas as autorizações. 2017
- Intercâmbio de informações normalizado eletrónico (INF) 2020

3.12 Trânsito aduaneiro

- É possível a circulação de mercadorias em depósito temporário sem a sujeição ao regime de trânsito externo. 2016, maio
- Os procedimentos simplificados de trânsito próprios do transporte por via aérea/marítima, de nível 1 e 2, serão substituídos por um documento de transporte eletrónico como declaração de trânsito aduaneiro. 2018
- A lista de mercadorias sensíveis irá desaparecer e aplicar-se-ão regras normais às mesmas. 2019

3.13 Exportação

- O cenário de saída fracionada será racionalizado. 2020
- Aplicam-se simplificações aduaneiras, o desalfandegamento centralizado e a EIDR. 2019
- Elevada disponibilidade do sistema 2020
- Interface entre o Sistema Automatizado de Exportação (AES) e o Sistema de Controlo e Circulação dos Produtos Sujeitos a Impostos Especiais de Consumo (EMCS) 2020
- Os resultados do controlo de trânsito devem ser utilizados para terminar a operação de exportação em caso de "exportação seguida por um regime de trânsito diferente do trânsito externo". 2020

3.14 Decisões aduaneiras

A partir de

- Novo sistema informático de decisões aduaneiras 2017
- Simplificação adicional das regras e dos procedimentos associados às várias decisões aduaneiras 2016, maio
- Nos casos em que seja aparente que os interesses dos produtores da União poderão ser afetados adversamente, tem lugar uma avaliação das condições económicas ao nível da União. 2016, maio

3.15 Operador Económico Autorizado

- O certificado passa a ser uma autorização. 2016, maio
- As disposições relativas às decisões aduaneiras aplicam-se ao AEO. 2016, maio
- Autorizações totalmente eletrónicas. 2016, maio
- Apenas dois tipos de AEO: AEOC e AEOS. No entanto, é possível ser titular de ambas as autorizações em simultâneo, AEOF. 2016, maio
- A autorização AEOC é obrigatória para algumas simplificações aduaneiras. 2016, maio
- Alargamento do critério de cumprimento. 2016, maio
- Aditamento do critério de competência. 2016, maio
- Requisito explícito de designação de uma pessoa responsável pela segurança na empresa para cumprir os critérios para AEOS. 2016, maio
- Os procedimentos satisfatórios para licenças de importação e exportação sujeitas a medidas de proibição e restrição aplicam-se a AEOC e AEOS. 2016, maio
- É obrigatório um questionário de autoavaliação para apresentar um pedido de autorização do estatuto de AEO. 2016, maio

Lembre-se que este é um resumo das informações mais relevantes do curso.

Apenas se considera autêntica a legislação da União Europeia do Jornal Oficial da União Europeia.

A Comissão não aceita qualquer responsabilidade em relação à formação.